

AMBIENTAL

- Diversidade de ecossistemas e ambientes.
- Existência de espécies únicas, endêmicas e ameaçadas de interesse para o turismo e para a ciência.
- Reserva aquífera e de recursos hídricos abundantes e de alta qualidade para abastecimento e preservação de áreas úmidas.
- Elevada porcentagem do território com Unidades de Conservação (UCs).
- Existência de Reservas Particulares do Patrimônio Natural.
- Instituições e ONGs atuantes envolvidas na preservação e educação ambiental.
- Porto envolvido na melhoria dos aspetos ambientais derivados da atividade portuária.
- Mecanismos de arrecadação de impostos por serviços ecossistêmicos como a como o ICMS ecológico.
- Implantação de sistemas de alerta para riscos ambientais antecipado.
- Mapeamento de riscos e vulnerabilidades ambientais.
- Gerenciamento informatizado de ocorrências de desastres ambientais por parte de Defesa Civil do Paraná (SISDC).
- Existência de ferramenta de geração de planos de contingência on-line em escala municipal.
- Existência de um Plano Estadual de Resíduos Sólidos.
- Existência de conselhos municipais de meio ambiente.
- Elevação do atendimento de coleta de resíduos sólidos na área urbana.
- Existência de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.
- Disponibilidade de áreas para implantação de estruturas de saneamento.
- Regularidade da coleta domiciliar de resíduos sólidos.
- Coleta de materiais recicláveis.
- Existência de associações de catadores.
- Coleta regular de resíduos hospitalares.
- Grande oferta de mananciais para captação.
- Investimentos realizados pela SANEPAR e Paranaguá Saneamento.

SOCIOTERRITORIAL

- Identidades e culturas das comunidades tradicionais
- Relação sustentável das comunidades tradicionais com o meio ambiente
- Conhecimentos tradicionais e modos de produção artesanais
- Importante presença de bens culturais materiais tombados, principalmente em Antonina, Paranaguá e Morretes.
- Serra do Mar e Paisagem da Orla de Matinhos como atrativos destacados do território.
- Fandango Caçara reconhecido como Patrimônio Cultural Brasileiro lmaterial.
- Gama diversa de usos do solo – portuário, industrial, infraestrutura, logística, conservação natural, comércio e serviços e habitacional.
- Ampló histórico de regulamentação do uso e ocupação do solo.
- Existência de terra pública disponível em boa parte dos municípios
- Existência de ZEIS vazias delimitadas.
- Experiência em regularização fundiária em quase todos os municípios.
- Existência de ZEIS ocupadas delimitadas.
- Público flutuante para garantir ocupação dos equipamentos cultura e esporte.
- Existência de infraestrutura física nas áreas de educação e saúde (ainda que reduzida);
- Mais antiga ocupação paranaense, presença de patrimônio material e imaterial.

AMBIENTAL

- Alta vulnerabilidade dos solos com baixa capacidade de infiltração.
- Baixa aptidão agrícola dos solos do litoral aumenta necessidade de insumos químicos e o custo econômico e ambiental das produções.
- Desequilíbrio territorial aumenta tensões ambientais e sociais na baía de Paranaguá.
- Falta de mecanismos de amortecimento que permitam reduzir as tensões entre os usos industrial e portuário e a preservação dos recursos naturais.
- Estudos de Impacto Ambiental insuficientes na avaliação dos riscos socioambientais.
- Escassez de alternativas de desenvolvimento e geração de renda para comunidades das UCs.
- Baixa autoestima da população residente nas UCs.
- Percepção local de que a preservação natural é relacionada com falta de desenvolvimento.
- Falta de sensibilização ambiental de uma parte da população.
- Fragmentação de ecossistemas costeiros e perda da conectividade ecológica.
- Desequilíbrio entre a demanda de outorgas para captação de recursos hídricos, e as outorgas para lançamento de efluentes.
- Destruição de áreas de preservação permanente que realizam importantes funções de amortecimento (áreas de restinga, mata ciliar e manguezais).
- Atrasos na elaboração de planos de manejo das UCs.
- Recursos disponíveis para gestão das Unidades de Conservação insuficientes e reduzidos.
- Indefinição das áreas de amortecimento das UCs como parte da estratégia de preservação.
- Vulnerabilidade socioambiental em ocupações desordenadas com moradias em risco.
- Vulnerabilidade das áreas urbanas com sistemas de drenagem deficientes.
- Aumento da exposição de populações humanas à variabilidade climática e mudança climática pela concentração de assentamentos muito perto da linha da costa.
- Excesso de burocracia na tramitação de planos, projetos e licenças ambientais.
- Falta de infraestrutura física e serviços voltados ao turismo das UCs.
- Baixo atendimento de coleta de resíduos sólidos na área rural.
- Crescimento acelerado da população de forma desorganizada.
- Aumento sazonal da população com impacto na coleta de resíduos.
- Pouca eficiência da coleta seletiva.
- Grande parte dos resíduos possíveis de reaproveitamento vão para os aterros.
- Dependência de jazidas externas para obtenção de aterro.
- Carência ou inexistência de lixeiras nas vias públicas.
- Antonina sem sistema de esgoto e baixo atendimento de sistema de esgoto nas áreas rurais.
- Falta de Planos Diretores de Água, Saneamento, Esgoto e Drenagem.

SOCIOTERRITORIAL

- Relação turbulenta entre as comunidades tradicionais e os órgãos de controle ambiental.
- Falta de legislação específica que garanta direitos das comunidades tradicionais.
- Falta de educação ambiental dos moradores de áreas de proteção ambiental.
- Segregação das comunidades tradicionais com a população geral.
- Baixa capacitação e desenvolvimento do potencial das comunidades tradicionais.
- Falta de valorização turística do patrimônio histórico e cultural.
- Inadequada proteção dos sítios arqueológicos (Sambaquis).
- Falta de proteção das povoações tradicionais e das suas manifestações e práticas culturais.
- Falta de segurança em alguns Centros Históricos.
- Ausência de estruturas institucionais e corpo técnico capazes de gerenciar as questões fundiárias e de habitação.

INSTITUCIONAL

- Existência de patrimônio histórico na região capaz de atrair recursos (especialmente internacionais) e investimentos.
- Região caracterizada por atrativos turísticos e de veraneio capazes de atrair investimentos privados que podem melhorar a arrecadação dos municípios.
- Existência do porto pode atrair rede de logística e de serviços capazes de melhorar a arrecadação dos municípios mais próximos.
- Existência de universidades públicas e privadas pode atrair empresas e serviços ligados aos cursos oferecidos (aumento da arrecadação).
- Experiência prévia e bem sucedida de consórcio público – CISLIPA.
- Negociações em andamento para trabalho conjunto entre as prefeituras na área de turismo (integração interinstitucional para melhoria do serviço público ofertado).
- Trabalho conjunto entre o Estado e as prefeituras na área de educação (integração interinstitucional para melhoria do serviço público ofertado).
- Possibilidade de aumento de arrecadação por meio da revisão/aumento do IPTU, já que grande parte do estoque de moradias é composto por segundas moradias de classe média.

ECONÔMICO

- Região atrativa para investidores privados, investimento em novas infraestruturas e implantação de atividades econômicas de grande porte.
- Região turística consolidada do Estado e do país, próxima aos mercados emissores de Curitiba e Joinville.
- Fortaleza dos portos de Antonina e Paranaguá geridos por uma única autoridade portuária com estratégia de desenvolvimento até 2030 (PDZPO).
- Atividade de fabricação de máquinas e equipamentos para extração e prospecção de petróleo no município de Pontal.
- Atividades de agricultura e pesca dão subsistência à maioria das famílias moradoras das áreas rurais e das ilhas.
- Condições de conservação da malha viária no litoral relativamente boas. Boa qualidade dos acessos viários ao litoral a partir do interior do Estado (BR-277).
- Existência de infraestrutura básica de transporte coletivo (terminais rodoviários) em todos os municípios.
- Infraestrutura de serviços urbanos razoavelmente boa.
- Carteira de propostas e projetos para melhoria dos transportes e da logística, em que a maioria possui estudos, estimativas de custo ou projetos desenvolvidos.
- Existência de planos e organismos para gerar e potencializar os serviços urbanos.

- Ausência de estrutura de controle urbano para evitar novas ocupações irregulares;
- Ausência de mercado (oferta) para as camadas mais pobres da população.
- Falta de equipamentos sociais suficientes para população regular (sem contar os sazonais);
- Precariedade do transporte público;
- Alta dependência de repasses das demais esferas de governo.
- Ausência de Lei Estadual que consolide a orientação do desenvolvimento territorial segundo uma perspectiva regional.
- Vulnerabilidade socioambiental em ocupações desordenadas.
- Malha urbana infraestruturada com adensamento insuficiente.
- Demanda por extensas redes de infraestrutura para uso sazonal no Litoral Sul.
- Sobreposições entre UCs de Proteção Integral e Perímetros Urbanos.
- Pendências de regularização fundiária.

INSTITUCIONAL

- Ausência de organizações internacionais e de grande porte sediadas na região.
- Ausência de organizações e lideranças locais reconhecidas regionalmente.
- Ausência de integração entre as organizações locais existentes.
- Ausência de estruturas institucionais e corpo técnico capazes de melhorar o tema.
- Baixos salários para atrair profissionais.
- Grande número de irregularidade fundiária.
- Desatualização das plantas genéricas de valor – baixo IPTU.
- Baixa arrecadação e capacidade de investimento das prefeituras.
- Alta dependência de repasses das demais esferas de governo.
- Ausência de transporte público adequado conectando a região.
- Ausência de planejamento turístico adequado.
- Sazonalidade da atividade turística.

ECONÔMICO

- A economia do Litoral é estruturada a partir de Paranaguá, que representa 72% PIB do Litoral.
- Paranaguá não irradia sua economia para os demais municípios.
- Ausência de mecanismos endógenos de desenvolvimento.
- Reduzida atividade industrial e de alguns serviços relevantes como Informação e Comunicação.
- As áreas passíveis de intervenções para desenvolvimento econômico e logístico não atingem mais que cerca de 7% do território analisado (ZEE), o que dificulta a implantação de infraestrutras e atividades de grande porte, aumentando os custos econômicos dos investimentos.
- Tensões territoriais importantes pela proximidade entre as áreas de expansão de atividades logísticas e portuárias e as cidades balneárias ou centros turísticos.
- Sazonalidade da atividade turística, turismo de massa e baixo nível de gasto dos visitantes.
- Malha viária sujeita a fortes flutuações estacionais.
- Falta de valorização turística do patrimônio histórico e cultural.
- Falta de infraestrutura física e serviços voltados ao turismo das UCs.
- Deficiência de equipamentos turísticos e infraestrutura de apoio ao turismo náutico.
- Baixo nível de instrução dos trabalhadores residentes.
- Falta de conectividade, tais como, com estados vizinhos, Guaraquegaba e comunidades afastadas
- Acessos viários para os Portos pouco segregados criando externalidades ambientais e sociais.
- As condições da ferrovia afetam sua operação.
- Deficiências na infraestrutura de serviços urbanos.
- Não existe um plano integrado de infraestruturas de transporte. Ausência de planos diretores para serviços urbanos específicos para cada município.

AMBIENTAL

- Crescimento global do interesse pelas produções agrícolas ecológicas e agricultura sustentável.
- Aumento do fluxo turístico no Paraná, e particularmente, do ecoturismo.
- Dificuldades de acesso e características físicas do litoral favorecem a preservação dos ecossistemas naturais frente a ocupação para outros usos.
- Desenvolvimento do ecoturismo com base no princípio da “produção da natureza” (exemplos de sucesso).
- Criação de identidade regional ligada aos valores naturais como Mosaico Lagamar.
- Avanços a nível global no desenho de infraestruturas verdes, permeáveis, e integradas paisagisticamente e melhora do acesso a esse conhecimento.
- Abundante conhecimento sobre o litoral gerado pela multiplicidade de instrumentos de planejamento que precisam de maior integração.
- Tendência à simplificação dos instrumentos de planejamento de Unidades de Conservação (promovido pelo ICMBio e IAP).
- Existência de alternativas de financiamento para a conservação e o turismo sustentável que precisam ser canalizadas para reverter de forma efetiva na melhoria da preservação e da qualidade de vida.
- Planos Diretores Municipais (PDM) sujeitos a revisão com a oportunidade de incorporar mapeamentos atualizados de áreas de risco e o planejamento de ações de intervenção preventiva na linha do desenvolvimento de cidades mais resilientes.
- Disponibilidade de um sistema informatizado de Modelagem Costeira (SMC) para o gerenciamento da costa tendo em conta os cenários possíveis de mudança climática.
- Elaboração de códigos e práticas construtivas para melhorar a resiliência das cidades.
- Aprimoramento da Coleta Seletiva.
- Implantação de Programas de compostagem;
- Possibilidade de implantação de logística reversa na área de resíduos sólidos;
- Implantação de programas de educação ambiental.
- Possibilidade de aumento de produtividade de água e de coleta e tratamento de esgoto;

SOCIOTERRITORIAL

- Turismo de base comunitária
- Fortalecimento dos pequenos produtores agrícolas
- Selo de qualidade dos produtos artesanais
- Educação no campo
- Calendário de eventos de base comunitária
- Valorização da cultura tradicional dos povos litorâneos pelas instituições educacionais
- Adequação dos planos de educação e saúde das prefeituras para contemplar questões específicas das populações tradicionais
- Parcerias com o mercado imobiliário para produção de HIS e HIM, por meio de concessões urbanísticas.
- Ampliação da arrecadação de IPTU a partir da regularização fundiária dos loteamentos irregulares.
- Experiência em regularização em quase todos os municípios.
- Uso dos equipamentos de cultura e esporte como atrativos turísticos;
- Consórcios públicos.
- PDS poderá detalhar e qualificar o macrozoneamento estabelecido pelo Zoneamento Ecológico-Econômico.

AMBIENTAL

- Mudanças climáticas e aumento da frequência de eventos climáticos de alta intensidade.
- Pressão migratória concentrada no litoral, e aumento do desequilíbrio territorial e ads pressões sobre as áreas rurais.
- Crescimento da atividade portuária e necessidade de aumento da superfície para usos portuários e de dragagens nas áreas estuarinas, extremamente frágeis.
- Aumento das demandas por recursos hídricos para aproveitamentos agrícola, industrial e de abastecimento para atendimento a crescente população fixa e sazonal.
- Desmatamento e supressão da vegetação nativa por demanda de outros usos.
- Aumento da exploração energética e de mineração.
- Aumento do turismo não regularizado sem estudos prévios de capacidade de carga ecológica.
- Falta de tratamento adequado do lixo e resíduos.
- Aumento de espécies invasoras.
- A ocupação desordenada interferindo na drenagem dos terrenos inclinados agrava os riscos associados à ocorrência dos movimentos em massa.
- As mudanças no uso da terra associadas à impermeabilização ou diminuição da capacidade natural de drenagem dos terrenos e a ocupação de áreas naturalmente susceptíveis à inundaçõo agravam os riscos associados à ocorrência de eventos climatológicos extremos.
- A ocupação excessiva e inadequada da linha costeira e a dragagem repetida dos canais de navegação são fatores de risco que intensificam os processos de erosão costeira que acontecem nas desembocaduras das Baías de Paranaguá e Guaratuba, na Ilha do Mel, e no extremo norte do arco Praial Pontal do Sul-Ponta de Matinhos.
- A mudança climática como fator de intensificação dos desastres naturais, em especial seus efeitos esperados na costa do Paraná.
- Degradação ambiental das zonas turísticas do litoral compromete à atividade.
- Falta de projetos na área de resíduos sólidos voltados para área rural.
- Sistema de drenagem é comprometido pela deposição de lixo.
- Falta de políticas de saneamento e resíduos sólidos voltadas especificamente para a área rural.
- Deposição clandestina de resíduos em lotes vagos.
- Baixo atendimento de drenagem prejudica o sistema de esgoto.
- Possibilidades de alagamentos.

SOCIOTERRITORIAL

- Turismo em massa e desordenado pode comprometer à qualidade de vida dos moradores do litoral.
- Expansão do porto pode comprometer a sobrevivência das comunidades tradicionais e a qualidade do meio ambiente.
- Aumento das restrições ambientais sem políticas compensatórias para as comunidades afetadas.
- Isolamento das comunidades tradicionais dos processos de expansão e desenvolvimento econômico.
- Baixo investimento na melhoria e capacitação da produção das comunidades tradicionais.
- Perda de práticas artesanais por falta de proteção.
- Mudança do clima que pode afetar ao patrimônio material e os sítios arqueológicos localizado em zonas costeiras.
- Ocupação das áreas ambientalmente protegidas.

OPORTUNIDADES

- Ampliação do planejamento de áreas portuárias paranaenses.
- Readequação do traçado de acesso ao Porto em Paranaguá.
- Processos de revisão de Planos Diretores em andamento ou previstos.
- Instrumentos urbanísticos já regulamentados.

INSTITUCIONAL

- Presença de organizações internacionais e de grande porte de fora da região atuando no litoral.
- Oportunidades de recursos a fundo perdido para temas ambientais e de patrimônio histórico.
- Possibilidade de parcerias com o setor privado para desenvolvimento de cadeia turística ligada a temas ambientais e de sustentabilidade.
- Organização sindical.
- Existência prévia de consórcio público.
- Revisão dos Planos diretores.
- Parcerias com o setor privado existente e com novos investidores para melhoria da gestão pública.
- Melhoria do gasto público e da capacidade de investimento.
- Plano de Desenvolvimento Sustentável.
- Demanda por melhores serviços pela população flutuante com poder aquisitivo.

ECONÔMICO

- Implantação na região de cadeias produtivas e novos serviços correlatos com o objetivo de melhorar a logística de escoamento da sua produção pelos portos.
- Novas oportunidades de negócios correlatas à extração e prospecção de petróleo em Pontal do Paraná.
- Obtenção de recursos para projetos de interesse para o litoral a partir de fórmulas de compensação sobre os grandes empreendimentos.
- Potencialidade da indústria alimentícia (processamento do palmito, do pescado, da produção de cachaca…) ligada à atividade econômica agropecuária.
- Possibilidade de agregar valor aos produtos (beneficiamento dos produtos, selo de origem, produção orgânica, etc.).
- Estruturação de formas de associativismo para comercializar e escoar a produção agrícola de Guaraquegaba, Guaratuba, Morretes e Antonina.
- Tendências atuais do mercado turístico em relação com o turismo cultural e gastronômico.
- Atrativos naturais, patrimoniais e culturais potencialmente exploráveis para desenvolver o setor turístico.
- Desenvolvimento turismo náutico, pode facilitar a integração da oferta cultural na oferta turística.
- Aproveitar o planejamento federal da BR-101 no litoral para interligar adequadamente os municípios do litoral e liberar os tráfegos da PR-412 que não atendam estritamente a mobilidade urbana.
- Contornos viários nos municípios como instrumento para aumentar a segurança viária e a qualidade do entorno urbano (regularização das cidades).
- Modernização do transporte coletivo para facilitar a acessibilidade e mobilidade universal das pessoas e potencializar a atratividade turística.
- Melhoria de acessibilidade hidroviária com mais linhas e melhores embarcações.
- Pavimentação de vias para escoamento de produtos locais.

- Aumento rápido da população por novos empreendimentos pode colapsar o sistema de saúde pública e de educação.
- Aumento da violência na região decorrente de atração de mão de obra para o porto.
- Diminuição das fontes de recursos federais para programas habitacionais.
- Demanda rápida por novas unidades considerando ausência de mercado que não seja para moradia de veraneio.
- Ausência de documentação e mapeamento adequados para viabilizar o processo.
- Restrições ambientais que exigem remoção total considerando ausência de alternativa habitacional casada.
- Diversas interpretações da nova legislação de regularização fundiária
- Diminuição da arrecadação pode piorar ainda mais os serviços prestados.
- Complexidades envolvidas na aprovação de novos loteamentos no litoral.
- Espraioamento da malha urbana para áreas sem infraestrutura, equipamentos e serviços públicos.
- Sobrevalorização de terras urbanas sem a recuperação das mais valias-fundiárias.
- Variação extrema entre densidades demográficas sazonais.
- Vetor de crescimento urbano ao longo PR-407.

INSTITUCIONAL

- Grandes empresas e/ou investimentos na região sem compromisso com a agenda do desenvolvimento sustentável.
- Danos aos patrimônios ambiental e histórico do litoral.
- Perda de atrativo turístico.
- Grandes empresas e/ou investimentos na região sem compromisso com a agenda do desenvolvimento sustentável.
- Descontinuidades administrativas.
- Redução da arrecadação fiscal atual.
- Êxodo rural e migração para outras cidades/regiões.

ECONÔMICO

- Crise econômica e institucional prolongada no Brasil, dificuldade de atrair investimentos e de mobilizar exportações.
- Ausência de uma planificação integrada da logística, turismo e economia que organize a disponibilidade de espaços para as atividades futuras, com suficiente reserva de solo para atender a demanda prevista.
- Conflitos territoriais, sociais e ambientais crescentes por conta da demanda de solo derivada do dinamismo econômico, num contexto de planejamento pouco integrado. Existe o risco de as atividades serem desenvolvidas em áreas não ótimas.
- Degradação do turismo por atividades industriais e logísticas de grande porte no litoral como novo porto de Pontal e áreas adjacentes, e da ampliação atividade fertilizantes em Antonina.
- Incremento do tráfego terrestre nos acessos aos Portos sem contornos urbanos (Antonina, Paranaguá), degradação da interface porto-cidade / saturação dos portos.

